

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
BIBLIOTECA PROF. BERNARDINO JOSÉ DE SOUZA
“INFORME SEBIB Nº. 19”

A Seção de Biblioteca recebeu os seguintes periódicos:

REVISTA DIALÉTICA DE DIREITO PROCESSUAL - Nº 113 – ago.-/2012

SUMÁRIO

- Prova documental e a evolução informática: força probante da ata notarial de páginas da internet e dos impressos da *web* – *Bruna Pinotti Garcia e Cássio Roberto dos Santos*
- Inconstitucionalidade da Lei nº 9.289/96. Custas recursais devidas na insurgência limitada aos honorários advocatícios. Direito ao duplo grau de jurisdição e inafastabilidade do controle jurisdicional – *Carolina Schmidt*
- Microssistemas dos juizados especiais brasileiros – *Cláudio Penedo Madureira e Lívio Oliveira Ramalho*
- Apuração do montante da condenação a partir de dados exteriores ao título executivo judicial: análise do art. 475-B, parágrafo 1º, do CPC – *Eduardo Henrique de Oliveira Yoshikawa*
- Cumprimento de sentença de títulos judiciais invertidos – Novos argumentos – *José Henrique Mouta Araújo*
- Efetividade da antecipação de tutela contra a Fazenda Pública – *Juliana Patrícia Sato e Rodrigo Valente Giublin Teixeira*
- A (in)capacidade da Eireli de ser parte nos Juizados Especiais Cíveis – *Oscar Valente Cardoso*
- Promessa de compra e venda de imóvel e adjudicação compulsória – *Pedro Roberto Decomain*
- Pedidos na defesa – Exceções permitidas – *Roberto Victor Pereira Ribeiro*
- Quem tem medo do direito à felicidade? – *Saul Tourinho Leal*

REVISTA DIALÉTICA DE DIREITO TRIBUTÁRIO - Nº 203– ago.-/2012

- Os efeitos da declaração de compensação não analisadas face à inexistência de créditos do contribuinte no regime da Lei nº 9.430 – *Adalmo Oliveira dos Santos Júnior*
- A fiscalização aduaneira, sob a justificativa de que a legislação tributária autoriza o acesso a todo documento eletrônico do contribuinte, não pode acessar seus e-mails: violação do sigilo da correspondência e prova obtida por meios ilícitos – *Ananias Ribeiro de Oliveira Júnior*
- A inconstitucionalidade do limite de dedução dos gastos com educação no imposto de renda pessoa física – *Bernardo Lima Vasconcelos Carneiro*
- O precatório como garantia da execução fiscal à luz da atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça – *Bruno Maciel dos Santos*
- Análise da Portaria PGFN nº 713/2011 em face da jurisprudência do STJ e do art. 135 do Código Tributário Nacional – Limites à responsabilização dos sócios e administradores – *Caio Augusto Takano*
- Ponderações sobre as discussões tributário-aduaneiras envolvendo o valor aduaneiro e a classificação fiscal – *Felippe Alexandre Ramos Breda*
- A imunidade absoluta à cobrança do ITBI em transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital – *Guilherme Traple*

- A progressividade do IPTU e a capacidade contributiva – *Hugo de Brito Machado*
- *Stock options*: uma análise sobre sua tributação – *Luiza Fontoura da Cunha*
- Dedutibilidade de despesa com *royalties* pagos a sócios – análise finalística da legislação – *Miquerlam Chaves Cavalcante*
- O contrato de fiança celebrado entre pessoas jurídicas vinculadas – tributação e aplicação das regras de preços de transferência – *Ramon Tomazela Santos*
- Regime jurídico tributário do contrato de trespasse – *Valter Lobato e Frederico Menezes Breyner*
- Decadência da exação previdenciária na execução trabalhista – *Wladimir Novaes Martinez*

Os exemplares estão disponíveis para consulta dos interessados.

Salvador, 10 de agosto 2012